

# “Constança” (1290-1313) – Uma história no feminino

*"Constança" (1290-1313) – A Feminine Story*

**Alleid Ribeiro Machado**  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

**Resumo:** “Constança” é uma narrativa de viés histórico inserida em *Infantas de Portugal* (1998), de Júlia Nery. Publicado pela Editorial Notícias em 1998, o livro de contos recria as biografias de quatro infantas portuguesas. O conto em análise trata da filha primogênita de Dom Dinis e de Dona Isabel de Aragão. Seu nome ganha destaque ao se tornar esposa, aos sete anos de idade, de D. Fernando IV de Leão e Castela, que contava doze anos, por meio do Tratado de Alcañices, em 12 de setembro de 1297. Nesse momento, Dom Fernando já era rei devido à morte de seu pai Sancho IV, e a regência do reino estava nas mãos de Maria de Molina, sogra de Constança. Recém-separada de seus pais, a infanta parte para o reino do marido, integrando a realeza castelhana. Com a prematura morte de Dom Fernando IV, ela se torna Rainha Consorte de Castela. O conto atribui um caráter altivo à biografia da personagem histórica, que busca impor suas vontades e desejos após a morte de seu marido, especialmente no embate com Maria de Molina. Baseado em autores como Cassoti (2009), Duby (1990) e Lourenço (2006), que oferecem suporte para a compreensão de aspectos relacionados à história ocidental e à condição feminina no período medieval, este artigo tem por objetivo destacar como a personagem histórica é relida no conto e como é impresso nesse diálogo intertextual o protagonismo feminino – aspecto que tem sido prevalente na literatura de autoria feminina contemporânea.

**Palavras-chave:** literatura de autoria feminina; protagonismo feminino; narrativa histórica; intertextualidade.

**Abstract:** The tale “Constança” is a historically themed narrative found in *Infantas de Portugal* (1998) by Júlia Nery. Published by Editorial Notícias in 1998, the book fictitiously recreates the biographies of four Portuguese princesses. The analyzed tale focuses on the princess, the firstborn daughter of Dom Dinis and Dona Isabel de Aragão. Her name gained prominence when she became the wife, at the age of seven, of D. Fernando IV of León and Castile, who was twelve at the time, through the Treaty of Alcañices on September 12, 1297. By then, D. Fernando was already the king due to the death of his father, Sancho IV, and the regency of the kingdom was in the hands of Maria de Molina, Constança's mother-in-law. Newly separated from her parents, the princess sets out for her husband's kingdom, integrating into the Castilian royalty. With the premature death of D. Fernando IV, she became the Queen Consort of Castile. The tale attributes a proud character to the historical figure, who seeks to impose her wishes and desires after her husband's death, especially in the conflict with Maria de Molina. Based on authors such as Cassoti (2009), Duby (1990), and Lourenço (2006), who provide support for understanding aspects related to Western history and the female condition in the medieval era, this paper aims to highlight how the historical character is reinterpreted in the tale and how the female protagonism is imprinted in this intertextual dialogue – an aspect that has been prevalent in contemporary literature by female authors.

Key-words: female-authored literature; female protagonism; historical narrative; intertextuality.

MACHADO, Alleid Ribeiro. “Constança” (1290-1313) – Uma história no feminino. *Léguas & Meia*, Brasil, v.15, n. 1, p. 156-171, 2024.

## Introdução

A literatura produzida em Portugal aponta para o adensamento da participação feminina na literatura. Trata-se de uma produção que se destaca por reverberar as vozes e experiências de mulheres de distintos tempos e espaços. Pode-se afirmar que tal adensamento remonta à década de 80 do século XX, quando diversas autoras seguem publicando e projetando seus nomes no cenário das letras portuguesas. Júlia Nery estreia nesse cenário com a publicação de *Pouca terra...pouca terra...* (1984).

Nome ainda pouco conhecido pela crítica literária brasileira, Júlia Guilhermina do Nascimento Lopes Nery de Oliveira, conhecida pelo nome literário Júlia Nery, nasceu em Lisboa em 28 de outubro de 1939. Trata-se de uma autora que viveu sua infância no bairro popular e tradicionalmente operário da Graça, em Lisboa. Nessa mesma cidade, conheceu Fernando José Nery de Oliveira, engenheiro civil, com quem se casou e teve quatro filhos: Teresa e Leonor (gêmeas), Isabel e Pedro.

Júlia Nery licenciou-se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa em 1964 e também estudou na França, onde obteve o Diplôme d'Études Françaises da Universidade de Poitiers. Em sua dissertação de mestrado, intitulada *O plantador de naus a haver sob a óptica da intertextualidade* (2006), Alleid Ribeiro Machado organiza um capítulo dedicado à biografia da autora, a fim de situar o nome de Júlia Nery no cenário da literatura portuguesa de autoria feminina mais atual. A pesquisadora destaca o caráter progressista e politicamente ativo de Júlia Nery, aspectos que permeiam sua experiência como autora:

Desde abril de 1974, vive-se em Portugal a euforia da revolução e, para Júlia Nery, era preciso engajar-se na mesma luta de seu povo. De 1976 a 1985, exerce a função de Deputada na Assembleia Municipal de Cascais, experiência que considerou válida, embora não menos desilusória, uma vez que, como em qualquer atividade política, pôde fazer bem menos do que aquilo que desejava e acreditava ser útil à sua comunidade. No período entre 1982 e 1985 é eleita Presidente do Conselho Diretivo e Presidente do Conselho Pedagógico da Escola Secundária de Cascais, funções que a afastam por algum tempo da atividade de escritora [...]. Como educadora, desenvolve vários trabalhos e projetos de investigação que visam, especialmente, a fomentar a integração entre pedagogia e criatividade. Nesse âmbito, interessada em aplicar a Expressão Dramática na prática pedagógica, frequenta cursos de Dramaturgia e História do Teatro no IFICT (Instituto de Formação, Investigação e Ciência Teatral) e participa dos Workshops de Expressão Dramática com Claude Wautélet, Kem Byron e Gisele Barrett (Porto, 1989) e de Teatro na Educação com Wolker Ludwig (Porto, 1991). Na Fundação Calouste Gulbenkian, conclui o Curso de Monitores de Expressão Dramática (Machado, 2006, p. 13).

Em 1994, quatro anos antes da publicação de *Infantas de Portugal*, Júlia Nery publica *O plantador de naus a haver* (1994), obra pela qual foi agraciada com o prêmio Eça de Queirós no mesmo ano e recebeu uma Menção Honrosa da Secretaria de Estado da Cultura. A peça teatral em 3 atos, com um forte viés intertextual, já demonstrava interesse da autora pela reconstrução da história de Portugal ao trazer à cena a figura histórica de Dom Dinis (1261-1325) que, literalmente, sobe ao palco. Júlia Nery é uma exímia pesquisadora da história, e ao se dedicar à escrita da peça, acaba encontrando material sobre a filha do monarca, conforme destaca a citação a seguir:

Quando pesquisava a biografia de D. Dinis para o seu “Plantador de naus...”, deperta-lhe a atenção D. Constança, filha do rei com D. Isabel. A história dessa infanta será mote para a escrita de um romance. Busca, então, nas páginas da História de Portugal, subsídios

biográficos de outras três infantas — D. Isabel Maria, D. Constança Manuel e D. Catarina — e em 1998 publica *Infantas de Portugal* (Machado, 2006, p. 14).

Foi a partir desse livro de contos que a presença de personagens femininas se constituiu como um traço recorrente nos livros da autora. Dez anos depois, na década de 90, é publicado pela Editorial Notícias *Infantas de Portugal* (1998), seguindo a tendência de revisitação da história que se manifestava nas produções literárias em Portugal naquela altura.

Depois de *Infantas de Portugal*, Júlia Nery publicou três romances históricos: *O segredo perdido* (2005), uma narrativa multifacetada na qual uma das partes tem como pano de fundo e causa direta de acontecimentos capitais o terremoto que ocorreu em Lisboa em 1755, trazendo à tona, em épocas distintas, as histórias de três mulheres que, de algum modo, entrelaçam-se na trama narrativa; *Crônica de Brites* (2008), que reconstrói ficcionalmente a história da personagem lendária que intitula o livro, tendo como pano de fundo a Batalha de Aljubarrota, ocorrida em 14 de agosto de 1385; e, por fim, *Da Índia, com amor* (2012), um romance que toma como mote para a ação a história das órfãs portuguesas enviadas para as colônias para constituírem casamento, especialmente para Goa, como parte da política expansionista da coroa portuguesa.

*Infantas de Portugal* parece ter sido uma espécie de ensaio para esse importante veio da autora – o do romance histórico – que, entretanto, será muito bem desdobrado nos romances posteriormente publicados. O livro é formulado na esteira da revisitação da história de Portugal – uma tendência fortemente estimulada por autores como José Saramago, Fernando de Campos, João Aguiar, apenas para citar alguns nomes proffucos da década de 80 do século XX. Como reforça Machado (2017, p. 1129-30) acerca desse tipo de produção literária:

O romance histórico constituiu-se como uma das mais ricas tradições da ficção portuguesa. Para Miguel Real (2012), esse fenômeno deveu-se principalmente pelo desejo de recompreensão e de recentramento da identidade nacional, num período marcado pela perda do Império. Para o autor, o “romance histórico ressurgiu com fortíssima pujança desde 1984, após a utilização propagandística do romance histórico por via de uma atmosfera ideológica de exaltação nacionalista durante o Estado Novo” (REAL, 2012, p. 199). Contemporaneamente, este gênero tem servido para reabilitar a própria história portuguesa, configurando-se como importante contribuição social.

De acordo com o desejo de revisitação do passado, conforme os pressupostos da vaga da Nova História, esse tipo de produção volta-se para a história dos que estiveram à margem das narrativas oficiais e dos acontecimentos históricos. *Infantas de Portugal* corresponde a esse pressuposto ao trazer para as páginas da ficção a história de quatro infantas portuguesas, que não alcançaram, na posteridade, o devido reconhecimento.

Trata-se, portanto, de um acerto de contas contra o silenciamento imposto sobre mulheres esquecidas ou pouco evidenciadas pelas páginas da história de Portugal. Alinhando-se, assim, da mesma forma, aos pressupostos da literatura de autoria feminina portuguesa, para a qual:

[...] como expressão da própria história das mulheres ao longo dos tempos, vem trilhando esse mesmo caminho, de modo que, não raro, encontramos autoras interessadas no resgate historiográfico de personagens femininas em diversas esferas. Nesse sentido, um traço comum dessa literatura seria incutir nos textos demandas de caráter universal que, ao fim, dizem respeito ao feminino e às questões de gênero (Machado, 2017, p. 1130).

O livro, cuja epígrafe inicial é uma frase de Marguerite Yourcenar: “Não se possui ninguém e, sendo a arte a única forma de posse verdadeira, o que importa é recriar um ser e não prendê-lo” - um dos maiores nomes da literatura do século XX e mestre da ficção histórica com títulos como *Memórias de Adriano* (2005) ou *A obra em negro* (1981) - trata de mulheres da nobreza, reconstituindo ficcionalmente as suas apagadas biografias.

Em relação às mulheres dessa estirpe social, sobretudo as que pertenciam à Dinastia de Avis, desde o século XV crescia a atuação delas na corte portuguesa, “na vida política, e a sua influência mais direta sobre cortesãos e súbditos” (Macedo, 1995, p.18). Certamente, a presença dessas mulheres nessa corte fazia-se por ações de relevo.

Algumas detinham o cuidado com as traduções de obras, eram leitoras e fomentavam a vida cultural da corte. Mas é fato que pouco se sabe a respeito de suas vidas cotidianas. Inclusive, muito do que veio à lume sobre elas liga-se, de maneira especial, ao caráter moral:

[...] nos países da Europa Ocidental [...] é preciso, de antemão, considerar que boa parte das informações [em relação às mulheres] foi fornecida por homens, e que a imagem obtida revela-nos um olhar masculino nem um pouco neutro. Além disso, boa parte do que foi escrito deve-se a religiosos, inspirados por princípios éticos impregnados pela ideia da culpa e do pecado, que associavam o sexo e/ou a sexualidade ao demônio; e a mulher, a um instrumento demoníaco (Macedo, 2002, p. 10).

Ao analisar o conto “Constança Manuel”, o terceiro que compõe *Infantas de Portugal*, Machado (2011) reforça a ideia de que a história era produzida e contada pelos homens, segundo os preceitos notadamente religiosos, que guiavam as mentalidades e a vida social nos séculos passados. Desse modo, é por este viés que o gênero feminino era avaliado, sempre a partir da perspectiva de uma identidade frágil. O feminino também poderia ser considerado por um viés dicotômico, isto é, algumas mulheres, dada a repercussão positiva de suas ações, poderiam ser lembradas como exemplos de virtude absoluta; ou, pelo contrário, pelas repercussões negativas associadas a elas, como indignas.

De todo modo, dessa forma foram sendo construídas as histórias de muitas mulheres nobres. Entretanto, há lacunas em torno de suas biografias – e são esses espaços vazios que podem ser preenchidos pela ficção, sendo este o principal escopo de *Infantas de Portugal*, como informa outra epígrafe do livro: “Há vidas que podem sonhar-se; outras, que a nossa imaginação pode recheiar de acontecimentos; esta, pouco mais que narrar-se” (Nery, 1999, p. 13).

*Infantas de Portugal* está, portanto, de acordo com uma das propostas do novo romance histórico e da Nova História, que é a de trazer à cena, como personagens principais da ação, mulheres, lançando vistas sobre suas vidas e reservando a elas um destaque superior ao dado pela história oficial. No caso específico de *Infantas de Portugal*, nota-se a intenção de recriá-las de forma mais “verossímil”, como também de provocar uma reflexão em torno da condição feminina (Machado, 2011, p. 2).

Acrescentamos a esta importante consideração o fato de que o tratamento do passado histórico levado a efeito por Júlia Nery é, também, sem dúvida alguma, uma retomada subliminarmente transgressora, sem necessariamente comprometer as versões oficiais dos fatos. O que percebemos na escrita da autora é um desejo explícito de trazer à lume uma visão crítica e pouco neutra em torno dos acontecimentos. Nesse caso, vale ressaltar como a autora revisita o passado, trazendo para o centro de sua escrita a história de personagens femininas atuantes [...] (Machado, 2017, p. 1130).

O livro faz uma releitura dos séculos XIV, XV e XIX, conferindo um ponto de vista mais claro e decidido em torno das mulheres da realeza. Ao narrar a história das infantas Isabel Maria (1801-1876), D. Constança (1290-1313), D. Constança Manuel (1316-1349) e D. Catarina (1436-1463) em quatro contos que levam como título os seus nomes, como se fosse um livro de suas vidas, Júlia Nery enfoca os ângulos da vida dessas personagens que as tornam mais vitais. Por essa razão, a releitura de suas histórias pela ficção é responsável pela revitalização de seus nomes e de suas biografias, de modo que fique delas, agora, uma nova memória.

É válido ressaltar que um dos instrumentos utilizados pela autora para reconstituir as biografias históricas das quatro infantas, e que é também um recurso muito próprio do romance histórico, é a intertextualidade. As novas biografias resultam dos paradigmas históricos que intencionalmente a autora escolheu para a recriação. De fato, esse processo intertextual provoca alterações importantes nos intertextos, convergindo-os para novas representações das mulheres na contemporaneidade.

### “Constança” (1290-1313) – Uma história no feminino

Este artigo dedica-se à análise do segundo conto, “Constança”, que compõe *Infantas de Portugal*, com o objetivo de destacar como a personagem histórica é recriada ficcionalmente. Nas páginas oficiais da história de Portugal, não se encontram, de fato, muitos dados acerca dessa infanta, fruto da Dinastia de Borgonha ou Afonsina, suficientes para compor um retrato mais fidedigno de sua biografia. A Figura 1 apresenta uma representação da imagem de Dona Constança, segundo o pintor António de Holanda (séc. XVI), que foi reconhecido por seu estilo gótico tardio.

Figura 1. Dona Constança



Fonte: British Library *apud* Wikipedia, 2023.

Em geral, isso não ocorre apenas com essa infanta. Muitas delas acabam por merecer algum destaque na história oficial quando passam a ocupar um lugar de maior proeminência política, por exemplo, quando se tornam moedas de troca para casamentos futuros, assumem a regência do reino, ocupam o lugar de rainha consorte, geram futuros herdeiros do trono ou são afastadas dele por motivos diversos. Afora esses casos, a referência é quase sempre indireta e, por decorrência disso, suas histórias ocupam um lugar muito apagado e distante, cujo resgate é quase um trabalho arqueológico.

O segundo conto de *Infantas de Portugal* procura exatamente cumprir a difícil tarefa de resgatar das páginas da história a biografia de Dona Constança, a qual se sabe ter vivido de 1290 a 1313, sendo filha primogênita do rei Dom Dinis e da rainha Dona Isabel. Como se sabe, Dom Dinis foi, sem dúvida alguma, um grande rei para Portugal. Escritos de alguns historiadores como Ruy de Pina (1440-1522), atestam os feitos de um estadista que “reuniu em si qualidades importantes e indispensáveis que contribuíram para o florescimento de um país que, a partir de então, começou a respirar os ares de um “Renascimento” ainda prematuro e em gestação” (Machado, 2007, p. 18)

A biografia de Dom Dinis é pautada pelo exemplo da “justiça”, empreendida e levada a efeito, seja no cuidado em punir e castigar os malfeitores de seu reino, seja favorecendo os lavradores na distribuição de terras. A essa virtude, somam-se a defesa da verdade e a nobreza de seus feitos, o fomento à educação, à lírica trovadoresca. Como reforça o cronista Ruy de Pina (1977, p. 222):

Cunhou para si três virtudes, que fazem os homens divinos e imortais, e por elas muito foi louvado, a saber: verdade, justiça e nobreza. Amou a justiça sobre todas as coisas. Este foi o seu primeiro intento, principalmente no cuidado de punir e castigar malfeitores, com desterro, força e grandes escarmentos, por exemplo, as quadrilhas que salteavam terras, principalmente nas montanhas do Açor e em Alpedris. Homem também muito piedoso, nem sempre agia com tanta severidade. Nunca se achou dele alguma mentira que tenha dito. Nunca quebrou/rompeu com a verdade. Defesa dos lavradores, a quem chamava “nervos da terra” e do Reino (Pina, 1977, p. 222).

Interessado, sobretudo, pela marinha, contribuiu para os estudos de astronomia e astronáutica. Esse interesse, somado ao plantio dos famosos pinhais de Leiria, base para os primeiros navios que partiram para os descobrimentos de terras e gentes nos séculos XV e XVI, foram “sementes” plantadas por Dom Dinis para o destino português da lavra do mar.

Mas Dona Isabel de Aragão também recebe o seu quinhão na história de Portugal. Conforme destaca Isabel Maria Marques Costa (2019), a rainha Isabel apresenta-se, nos estudos históricos mais antigos, “dotada de virtude e santidade”, entretanto, sob uma visão contemporânea, será vista com características mais atuais, ainda assim um tanto idealizada, sendo retratada como “uma mulher sofredora pelas traições do marido, uma mulher benevolente e conivente com as suas ações, educada, e que veio de uma corte que culturalmente sobressaía no contexto da Península Ibérica” (COSTA, 2019, p. 38-39).

Assim, o rei, para o qual não faltam dados históricos, ou ainda páginas de uma rica produção literária, e cuja mulher entrou para a história com o epíteto de “santa”, foi pai de uma rainha em Castela, de que, entretanto, poucas informações se dispõem:

Filha primogênita de D. Dinis e da rainha Isabel de Aragão, Constança nascera em 1290, provavelmente em Coimbra. Quando a soberana deu à luz esta criança, tinha dezasseis anos [...]. De qualquer modo, com o batismo, a infanta não só recebia o nome da sua riquíssima e prestigiosa avó, Constança de Suábia, descendente da casa imperial dos Hoehnstauffen e rainha de Nápoles e da Sicília por direito próprio [...]. Recebeu uma rica bagagem cultural pelo lado materno, que podia significar para ela um grande benefício (Cassoti, 2009, p. 80).

Ela efetivamente entra em cena em 1297, aos sete anos de idade, quando deixa o reino português como futura esposa de Dom Fernando IV, filho de Dom Sancho e de Maria de Molina. A aliança entre os dois reinos permite um breve olhar em torno da curta vida dessa infanta portuguesa. Ademais, em virtude disso, Júlia Nery pôde angariar material a fim de recriar ficcionalmente a sua biografia.

A história ficcional dessa infanta baseia-se justamente na notícia do acordo de casamento que levará Constança de Portugal a Castela:

[...] como sucede com frequência com as infantas medievais, o nome de Constança não começará a destacar-se no panorama histórico português antes do pai pensar em utilizá-la numa aliança matrimonial, no seu caso, com a realeza castelhana, que trazia benefícios ao seu reino, o que ocorreria, certamente, depois do nascimento do herdeiro (Cassoti, 2009, p. 81).

É interessante observar que o conto traz à baila uma questão que deve permear os acordos de casamento quando o assunto é o consórcio matrimonial: a ideia de amor cortês. No caso de Constança, oriunda dos séculos XIII/ XIV, o tipo de sentimento incentivado para o casal nubente e pertencente à nobreza era aquele ligado à castidade e obediência, norteados por preceitos judaico-cristãos. Isabel Maria Marques Costa (2019, p. 18) lembra que:

Para a Igreja Católica, o casamento era um juramento considerado único e insolúvel, um contrato de união ou vínculo entre duas pessoas. Representava o início de um novo ciclo e uma nova etapa na vida de uma mulher medieval e era negociado nas famílias por meio de afixação do dote e das arras. Estes dois elementos eram bastante relevantes quando se estabeleciam as futuras uniões.

Dessa forma, entre o casal valorizava-se o sentimento de união juntamente como a fé e a esperança, devendo ser preservado ao lado da caridade e aplicado em todas as esferas da vida. Para Costa (2019, p. 18):

Com efeito, naquela época, os filhos dos reis eram vistos pelos progenitores como moeda de troca política, sendo usados para criar laços adequados com outras casas reais, por vezes mediante difíceis estratégias matrimoniais. Assim, estes casamentos não contemplavam a possibilidade de uma livre escolha do cônjuge nem levavam em linha de conta os sentimentos ou vínculos afetuosos entre os noivos. Estes matrimónios permitiam alcançar vantagens económicas e políticas.

N’O *Banquete de Platão*, tem-se o primeiro tratado filosófico sobre o amor, em que “os caracteres do amor sexual são sublimados e generalizados, transcendendo a existência humana e adquirindo um carácter sagrado, extramundano e inato” (Preto; Maheirie; Toneli, 2009, p. 396). As autoras reforçam que o amor nesse contexto é associado a “categorias como o bem, a beleza e a sabedoria”, demarcando “uma amizade estilística regulamentada pelo mundo das ideias”.

No estudo das pesquisadoras, reforça-se que foi com o advento do Cristianismo que essa mesma concepção se avultou, de forma que a concepção de amor:

[...] continua idealizado como um fim em si mesmo; faz-se na negação da totalidade do ser humano, já que o corpo deve ser negligenciado e de novo sublimado em favor de um ideal absoluto. Submetido a preceitos de fé, o amor cristão transcende a vida pela filiação divina comum, ligado a Deus e negado aos homens, e busca assegurar a salvação e o paraíso aos sujeitos. Com esse fim, o amor se faz incondicional: tudo suporta, tudo releva, é sacrifício, abdicção e dedicação. Nesse campo, o casamento vai se configurando como o espaço mais apropriado para a realização do amor que tem como fim a propagação dos filhos de Deus pela constituição da família, e não como um meio para os homens adquirirem certa realização existencial. É um aprisionamento que vem com a paixão, a qual se confunde com o amor, que, ao mesmo tempo em que é irresistível, é um dever: todos devem amar e estabelecer uma conjugalidade em que os cônjuges, antes de tudo, devem ser companheiros – a boa esposa e

o bom marido. A paixão, por sua vez, deve ser superada e bem dirigida, constringida através de normas e costumes.

Entretanto, opondo-se ao que era corrente neste cenário, surge no séc. XII o amor cortês, “[...] como uma recusa a normas e padrões estabelecidos pela Igreja e pela sociedade”. Este amor é configurado de forma dicotômica, pois, se de um lado é enfatizado “o aspecto do amor-paixão enquanto sofrimento e desejo insatisfeito, residindo sua felicidade justamente na aceitação da própria renúncia carnal”; por outro lado, “há uma laicização do objeto de amor, onde a mulher, “a dama”, entra em cena como objeto do amor inalcançável (Pretto; Maheirie; Toneli, 2009, p. 396).

Entretanto, o olhar contemporâneo da narrativa dará ênfase à história de um amor vivido curta e intensamente entre Dona Constança e Dom Fernando, retratando-a como esposa e rainha dedicada. No curto espaço de dez anos em que partilharam o leito conjugal, as páginas do conto oferecem mostras que ambos viveram um casamento harmonioso, apesar dos sobressaltos e adversidades pelas quais tiveram que passar.

O início do conto é situado no espaço da memória, em que ela, já doente, como rainha de Castela, em 1313, relembra a sua infância na corte castelhana: “Constança não vira nunca pombas de leque e o entusiasmo momentâneo por aquela novidade aquecera-lhe o coraçãozinho de menina transferida para uma corte maliciosa, em tão longas terras” (Nery, 1998, p. 41).

Constança trará em seu bojo, igualmente, as lembranças do curto tempo em que passou ao lado de seus pais:

Filha, não lhe tinha sido concedido tempo para moldar o corpo no colo de sua mãe, substituída nele pelo irmão, nascido menos de um ano depois. O olhar terno do pai cedo se desviara de sua pequeníssima pessoa de feminina condição, atraído pelo filho varão que mais de doze anos ele esperara do ventre de sua esposa (Nery, 1998, p. 43, 44).

A lembrança de Constança em torno do período em que viveu com os seus pais, sendo logo substituída nos afetos pelo irmão varão por causa de sua “feminina condição”, faz pensar com mais cuidado na delicada denúncia acerca da condição feminina que se sobressai na narrativa. Isto porque um filho varão era bem mais valioso do que uma filha, uma vez que aquele poderia vir a ocupar o lugar de seu pai na linha sucessória, como vai ocorrer com o nascimento do futuro Dom Afonso IV.

Mas as filhas de reis também eram peças importantes nos jogos de poder, pois para elas estavam destinados os casamentos que garantiriam valiosas alianças entre os soberanos dos reinos. Segundo essa perspectiva, Vanda Lourenço (2006, p. 349) afirma que:

[...] se por um lado estamos perante uma sociedade em que o trono se transmite de forma hereditária ao filho primogênito, por outro lado, o papel das mulheres servia, essencialmente, o jogo de interesses ao nível das alianças políticas entre os reinos e as linhagens (Lourenço, 2006, p. 349)

Essas alianças eram, geralmente, seladas através do casamento de membros das famílias reais. Muitas vezes, as alianças matrimoniais eram encaradas, num momento de conflito, como um eficaz mecanismo de resolução deles, conseguindo, deste modo, finalizar hostilidades e precaver eventuais inimizades. Não obstante, esses acordos poderiam ser feitos e desfeitos à revelia dos acontecimentos, dos interesses e das

ambições dos monarcas, independente das vontades dos infantes e outros integrantes de alta estirpe social, mulheres ou homens.

Historicamente, o casamento de Dona Constança foi definitivamente acertado quando dos acordos celebrados em Alcañices, no ano de 1297. Depois disso, no ano de 1300, Dom Dinis envia a Palença uma embaixada para ultimar os acordos matrimoniais entre o seu filho, Dom Afonso IV com Dona Beatriz, filha de Dom Sancho, e entre a sua filha Dona Constança e Dom Fernando.

Esses consórcios são bem ilustrativos do peso que o espaço Ibérico detinha no momento da escolha de cônjuges para os futuros monarcas peninsulares. Lourenço (2006) lembra que, dessa quase exclusividade, não deviam ser dissociadas as relações estabelecidas entre Portugal e Castela, que oscilavam constantemente entre a guerra e a paz, aliás, “sempre que se estabelecia esta última, negociavam-se matrimônios entre as duas casas reais” (Lourenço, 2006, p. 351).

Assim terá acontecido em Alcañices, onde, mais do que um tratado diplomático e territorial entre Dom Dinis e Dom Fernando IV, se assentou um acordo dinástico, através do qual os pactos matrimoniais e as relações dinásticas representaram um papel muito importante ao terem repercussões políticas no sentido de assegurar a paz e as boas relações entre os dois reinos.

Foi para servir aos interesses políticos e diplomáticos que as coroas portuguesa e castelhana casaram entre si os herdeiros dos respectivos tronos. Esses dois consórcios serviram para, de um lado, reafirmar o casamento da infanta Dona Constança com Dom Fernando IV de Castela e, por outro lado, como já foi referido, estabelecer o casamento do futuro rei de Portugal Dom Afonso IV com a infanta Dona Beatriz de Castela.

Além disso, os acordos matrimoniais firmados em Alcañices são bem elucidativos da “frequente circulação de mulheres que se efetuava entre as casas reais, bem como de uma agora desejada aproximação entre as duas coroas, consolidando, assim, as alianças estabelecidas” (Lourenço, 2006, p. 351).

Na narrativa, Constança cedo vai compreender a sua condição vulnerável dentro de um contexto político e social extremamente volátil, sofrendo pelas constantes desavenças entre Castela e Portugal. Segundo Cassoti (2009) a entrega de Constança ao reino castelhano deve ter sido supostamente em 1297, quando a infanta teria sete anos. Mas, de fato, a primeira menção a Constança só surge em 1299, “num documento em que se diz que o rei D. Fernando reinava com a sua mulher a rainha D. Constança” (Cassoti, 2009, p. 84). Contudo, ainda segundo esse autor, outro dado parece negar a efetiva presença da infanta em Castela. “No seu primeiro testamento conhecido, D. Dinis, em caso de morte, designava a sua mulher tutora da infanta”.

Por outro lado, salienta que comprovadamente “entre março e abril de 1300, Constança se encontrava em Castela”. Diante dessas imprecisões históricas, Júlia Nery prefere aderir à versão de que Constança teria sido levada a Castela ainda em sua infância, tendo sido criada pelos reis castelhanos: “A princesinha batia palmas às pombas que pavoneavam seus grandes leques brancos nas áreas bordejadas de buxo no jardim do paço, onde ela chegara naquela manhã” (Nery, 1998, p. 41).

Desse modo, as páginas de “Constança” vão ilustrar o forte sentimento que nascerá entre Dom Fernando e ela. Isso vai acontecer mais fortemente porque, desde que chegara ao reino castelhano, a infanta aprendera a amar aquele menino, companheiro seu de brincadeiras:

– Constança, jura-me que guardarás segredo do que meu aio agora me explicou. Cedo voltarás para Portugal, porque a meu pai lhe convém agora mais a aliança com França e me

quer casado na corte de Filipe, *o Belo*; por isso, teu pai se prepara para declarar guerra ao reino de Castela. E nós, sendo inimigos, não poderemos casar! (Nery, 1998, p. 45)

Narrado em primeira pessoa, o diálogo entre Fernando e Constança traz à tona um acontecimento histórico que ofereceu risco à aliança feita com o soberano português:

[...] fosse porque rei castelhano se deu conta do erro que cometera fosse porque preferia jogar em dois tabuleiros, sem romper o acordo com Portugal, começou a negociar com o rei da França para conseguir a mão de uma de suas filhas para Fernando. Como reação, D. Dinis decidiu acolher no seu reino Juan Núñez de Lara, um dos mais fortes adversários do monarca castelhano (Cassotti, 2009, p. 83).

E, para além disso, o discurso de Fernando serve para enfatizar a perspectiva que a autora procurou atribuir à recriação da história de Constança, ao oferecer evidências que ambos se amavam. Como já aventado, o tema do amor na Idade Média é uma questão bastante ampla e difícil de sintetizar em algumas linhas. Sabe-se que a partir do século XII, período em que surgiu o amor cortês, o sentimento amoroso não era uma exceção para os casais, contudo, segundo a Igreja Católica, esse amor era traduzido pelo amor ao próximo, pelo sentimento de união e caridade, sem o desejo carnal, que não era prioritário:

Inversamente, os bispos prescrevem aos leigos o casamento e isso para melhor controlá-los, enquadrá-los, represar-lhes a devassidão. Mas eles lhes impõem a formação de casais segundo princípios e regras que a evolução do ritual e da reflexão religiosa sacralizam progressivamente. Eles afirmam a indissolubilidade do vínculo conjugal; eles impõem a exogamia em nome de uma concepção desmesurada do incesto; eles repetem que a procriação é a única justificativa para a cópula; eles sonham em eliminar desta última todo o prazer (Duby, 1990, p. 41).

Nesse sentido, no que diz respeito às bodas de Constança, encontram-se nas páginas da história alguns dados que podem fazer crer que o relacionamento entre o casal não era muito diferente do que os demais da mesma estirpe social. Marsilio Cassotti, no livro *Infantas de Portugal. Rainhas em Espanha* (2009), num capítulo inteiramente dedicado à infanta Constança, ressalta que:

Em Janeiro de 1303 realizou-se finalmente a boda de Constança e Fernando IV, e o casal real começou a viver em comunhão sob o mesmo tecto. Há poucos dados precisos sobre a sua vida conjugal, mas segundo se deduz desses dados, parece que ela teve de sofrer os mesmos problemas de infidelidade que a mãe (Cassotti, 2009, p. 86).

A falta de dados históricos a respeito dos nubentes contribui para que a história ficcional de Constança cresça ao gosto de Júlia Nery. Talvez, o sentimento amoroso entre Dona Constança e Dom Fernando IV seja realmente uma invenção ficcional, baseada no fato de que possivelmente eles teriam convivido desde a infância, tendo criado assim, entre ambos, laços de profunda estima e amizade:

Constança, surpreendida na correria, caiu ferindo os braços no lajedo. O coração do menino que, pela nobreza de seu nascimento, estaria destinado aos feitos de cavalaria, logo ali jurou que para sempre defenderia tão frágil donzelinha (Nery, 1998, p. 42).

No entanto, uma vez que não há como depreender muitas informações históricas acerca da biografia ficcional de Constança, além de alguns fatos que são resgatados no romance, há de se ressaltar que a infanta será recriada como uma mulher determinada,

inteligente e corajosa. Uma vez assumido o trono como rainha, lutará ao lado de seu marido, desafiando até mesmo os papéis que eram destinados ao seu gênero e à sua estirpe social:

Uma meninice, em convivência com traições e sobressaltos, ensinará à infanta como prevê-los e desviá-los, moverá os seus lábios em sorrisos de timidez que disfarçam a argúcia, dando o tempo necessário à precaução que permite o domínio das situações (Nery, 1998, p. 47).

Igualmente, não deverá submeter-se à sua sogra, Maria de Molina, ou quaisquer opositores interessados em retirar dela a guarda de seu filho, Afonso, futuro rei de Castela. Aos 14 anos, a jovem já partilhava o leito e a coroa de Castela e sabe-se desligada dos afetos de seus pais: “Constança compreendia que, sendo a peça de um jogo, o mais acertado seria valorizar a jogada e não o próprio jogo. E foi no momento dessa percepção que ela se sentiu rainha” (Nery, 1998, p. 48).

Ao lado de Dom Fernando, enfrentará os mouros para a conquista do Reino de Granada, acompanhando-o em tão perigosa empreitada: “o corpo da rainha trepidava ao ritmo da montada, galopando à ilharga do jovem esposo. Fernando e Constança que, desde meninos se amparavam nos seus medos, não se separam nunca” (Nery, 1998, p. 49).

Segundo o conto, que procura salientar a postura forte e determinada de Constança, a rainha teria ficado mais tempo com Dom Fernando nos campos de batalha próximos a Granada, não fosse ter ficado gestante do futuro herdeiro de Castela. Por cautela e “a contragosto”, ela deverá trocar o acampamento pelas salas do palácio e os “seus trajes de montaria pelo manto de escarlata amarela preso pela orla sobre o ombro com seu firmal de pedrarias” (Nery, 1998, p. 49).

Mas não apenas isso. Ela mudará o apoio afetivo que dava ao esposo cavalcando à sua ilharga, “pela ajuda com seus dinheiros, pelo que tivera de vender todas as jóias e muitos dos seus bens para as despesas da guerra” (Nery, 1998, p. 49).

Ao que tudo indica, Dom Fernando teria adoecido nesses campos próximos a Granada. A morte prematura dele, aos 26 anos, vitimado pela peste<sup>1</sup> durante essa última peleja que se seguia para Granada, foi a sentença de dias difíceis para D. Constança: “A nova da morte do rei entrara em Constança como um tumor maligno que, mês após mês do aziago ano de 1313, lhe vai levando com o sangue as cores do rosto” (Nery, 1998, p. 49).

O conto destaca a difícil situação de Dona Constança após a morte de seu marido, Dom Fernando IV. Com a morte prematura do rei, que representa para ela uma tragédia pessoal que terá repercussões políticas, Constança se vê confrontada com a solidão e a necessidade de enfrentar desafios significativos, especialmente em relação à guarda de seu filho, Afonso. A rainha consorte não podia confiar em Maria de Molina, estando imersa num contexto de intrigas políticas que a colocavam numa situação bastante complexa. A Figura 2 é uma imagem de Maria de Molina.

Figura 2. Maria de Molina

---

<sup>1</sup> Embora conste em alguns documentos históricos que teria sido “de tuberculose”: “Depois de receber a visita do irmão, que acabara de tomar a praça, aparentemente feliz, o rei retirou-se para os seus aposentos, para repousar. Nessa mesma tarde encontraram-no morto, vítima de tuberculose. Tinha vinte e seis anos e a sua vida tinha sido uma luta contra os infantas e grandes nobres do seu reino” (Cassotti, 2009, p. 91).



Fonte: History of Royal Women, 2023

O conto procura salientar a difícil convivência entre duas mulheres poderosas, Constança e Maria de Molina, numa tentativa de equipará-las. Historicamente, reconhece-se “o caráter resoluto e prudente e a grande experiência de Maria de Molina anulavam Constança, que não possuía armas próprias para competir com ela” (Cassoti, 2009, p. 86). Aliás, Fernando Arias Guillén (2022, p. 15-16) em seu estudo sobre Maria de Molina lembra que:

María de Molina fue tres veces reina consorte, reina madre y reina regente. Junto a los importantes roles políticos que desempeñó en los reinados de Sancho IV, Fernando IV y Alfonso XI, María de Molina también jugó un papel central por sus conexiones familiares. La reina procedía de una importante estirpe nobiliaria, los Téllez de Meneses, y sus derechos hereditarios permitirían a la Corona incorporar el señorío de Molina, pero ella también descendía del linaje regio. Esa sangre real impediría la legitimación de su matrimonio con Sancho IV y pondría aún más en cuestión los derechos sucesorios al trono de Fernando IV, al menos hasta que el pago de una bula papal solucionó el segundo problema en 1301. No obstante, también serviría para desarrollar unas estrechas relaciones familiares con las casas reales de Portugal y Aragón, asunto de enorme relevancia en una Península Ibérica que constituía una realidad política interconectada<sup>2</sup>.

Como se observa, Maria de Molina teve um papel preponderante na história de Castela. Seu protagonismo foi notório na resolução de problemas internos e no estabelecimento de alianças com as casas reais de Portugal e Aragão. No conto de Júlia Nery, a referência a essa personagem surge pelas desavenças que surgiram em razão da precoce morte de Dom Fernando IV. Como contraponto, a Constança ficcional é inteiramente retratada como uma força que emerge contra a sogra, numa tentativa de se impor frente à astuta rainha-velha.

O desfecho do conto, ao retornar ao seu início, revela a jovem Dona Constança, agora debilitada, rememorando os acontecimentos de sua vida. As questões relacionadas ao universo feminino tornam-se mais evidentes, especialmente no que diz respeito à

---

<sup>2</sup> Maria de Molina foi rainha por três vezes: rainha consorte, rainha-mãe e rainha regente. Além dos importantes papéis políticos que desempenhou nos reinados de Sancho IV, Fernando IV e Alfonso XI, ela ainda desempenhou um papel crucial por suas conexões familiares, principalmente por ser descendente de uma importante estirpe da nobreza, os Telles de Meneses. Seus direitos hereditários permitiriam à Coroa de Castela incorporar o senhorio de Molina. Entretanto, a consanguinidade impediria a legitimidade de seu casamento com Sancho IV e colocaria ainda mais em questão os direitos sucessórios ao trono de Fernando IV, pelo menos até que o pagamento de uma bula papal resolvesse o segundo problema em 1301. Por outro lado, também serviria para desenvolver relações familiares estreitas com as casas reais de Portugal e Aragão, assunto de enorme relevância em uma Península Ibérica que constituía uma realidade política interconectada. Tradução da autora.

privação por que iria passar a rainha consorte, principalmente em relação à educação do filho.

Segundo a narrativa, o marido teria manifestado o desejo de que o herdeiro de Castela fosse educado por Maria de Molina, retirando de sua esposa não apenas a responsabilidade pela educação do filho, mas o seu valor “enquanto peça no jogo peninsular” (Nery, 1998, p. 50), fato que está de acordo com a história oficial.

Ademais, a infanta ainda planejará desobedecer a Dom Fernando e lutar contra Maria de Molina pela guarda da criança. Mas estando com a saúde muito debilitada, pouco poderá fazer: “tão pouco tempo fora esposa; pouco tempo mais seria rainha. Negavam-lhe o tempo de ser mãe” (Nery, 1998, p. 50). Conforme os dados históricos, em 1313, Maria de Molina havia conseguido, de fato, obter junto a Dom Fernando a responsabilidade pela educação de Afonso. Contudo, fazendo valer os seus direitos de mãe, Constança protestou e convenceu o esposo de que deveria ser o infante Pedro, seu cunhado, “a encarregar-se da *criatio* de Afonso”, da qual, desta vez, saiu vencedora.

Ainda outras vezes Constança teria o seu direito à maternidade desafiado. Com a sua morte, aos vinte e três anos, “reunidos em Palazuelos, três semanas depois do enterro de Constança, o infante [João] e a velha rainha assinaram um pacto por meio do qual repartiam a tutoria. Mais tarde, a eles se juntaria o infante Pedro” (Cassotti, 2009, p. 94).

### Considerações finais

Este artigo procurou destacar como a personagem histórica da infanta Constança foi relida pela ficção de autoria feminina. Como foi demonstrado, o conto traz à tona alguns temas que evidenciam os difíceis destinos das filhas dos monarcas, cujas vidas eram desenhadas à revelia de suas vontades.

Os consórcios de casamento representavam a perpetuação de um sistema patriarcal para o qual às mulheres da aristocracia cabiam a obediência e a submissão. Da mesma forma, o conto ressalta, a par da história medieval, que a maternidade, mesmo sendo própria e relativa ao feminino, por questões de ordem política, social, aristocrática, poderia não conferir a elas alguma garantia de soberania.

Nesse sentido, a narrativa ressalta o protagonismo (visão contemporânea, adverte-se) de D. Constança que, para além do apoio afetivo dado a Dom Fernando IV, ajudou-o em suas empresas bélicas com a maior parte de seus bens e na interseção de apoio financeiro junto a seu pai, Dom Dinis.

O conto se refere à perspectiva de uma mulher que sofre como viúva endividada ou como mãe e rainha vulnerável. Ela é contestada acerca do desejo de ser a tutora de seu filho, futuro Dom Afonso XI de Castela, no embate travado com Maria de Molina. O diálogo intertextual com as fontes históricas resulta numa nova perspectiva em torno da infanta portuguesa, mostrando-a não como uma mera peça nos jogos de poder, mas como parte ativa desse jogo.

*Infantas de Portugal* também imprime uma visão mais contemporânea do amor, quando procura enfatizar o relacionamento afetivo entre Dona Constança e Dom Fernando, que é fortalecido pelas ações da infanta em favor do marido, que dão a ela certo caráter altivo. Entretanto, as páginas do conto também jogam luzes nos últimos dias da infanta, quando deverá sofrer perdas irreversíveis: do marido morto prematuramente, da disputa pela guarda do filho e do próprio poder, restando-lhe um final doloroso: “ao sabor da corrente das últimas lágrimas, vai rolando sua coroa de rainha” (Nery, 1998, p. 50).

O diálogo intertextual acrescenta à mitigada biografia histórica de Constança um sentido de transgressão, à medida que evidencia a força e o desejo dessa mulher de atuar para além de suas possibilidades. A par disso, a narrativa não deixa de tecer uma crítica sutil em torno da condição feminina: com a morte de seu marido, a infanta torna-se rainha consorte, mas tem um reinado marcado pela vulnerabilidade de sua condição de mulher. O fato é que se não tivesse morrido, teria que travar uma luta muito dura para enfrentar as vontades soberanas da altiva rainha velha, Maria de Molina, na verdade, outra força feminina, que se estabelece como contraponto a Constança, e levar a cabo o desejo de obter a guarda do futuro herdeiro ao trono.

Indica-se a leitura de “Constança” em conjunto com os três outros contos que compõem *Infantas de Portugal*, a fim de que fique mais clara a hipótese de que o livro, ao dialogar com a história oficial e resgatar a biografia das quatro infantas, intenta colocá-las num patamar de reconhecimento e de paridade de importância, cumprindo assim alguns dos propósitos da literatura portuguesa contemporânea, de revisão da história, inclusive aquela elaborada pelas mulheres escritoras.

## Referências

ARIAS GUILLÉN, Fernando. Introducción. In: ARIAS GUILLÉN, Fernando; REGLERO DE LA FUENTE, Carlos M. (orgs). *María de Molina: gobernar en tiempos de crisis* (1264-1321). Madrid: Dykinson, 2022. Disponível em: <<https://uvadoc.uva.es/bitstream/handle/10324/55738/Maria-de-Molina.pdf?sequence=1>>. Acesso em 08 de dez. de 2023.

CASSOTTI, Marsilio. *Infantas de Portugal*. Rainhas em Espanha. 5 ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.

COSTA, Isabel Maria Marques. *Isabel de Aragão, Rainha Santa, no período medieval e na atualidade, uma visão comparatista entre textos literários e historiográficos*. Dissertação de mestrado. Universidade Aberta, 2019. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/8811>>. Acesso em 08 de dez. de 2023.

DUBY, Georges. *Idade Média; idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HISTORY OF ROYAL WOMEN. Disponível em <<https://www.historyofroyalwomen.com/maria-de-molina/maria-de-molina-in-the-service-of-god-and-for-the-king-part-two/>>. Acesso em 08 de dez. de 2023.

LOURENÇO, Vanda. Carta de arras da rainha D. Beatriz (1309 – 1359). *XIII Colóquio internacional da Asociación Española de Investigación de História de las Mujeres*. Barcelona, 2006, p. 349-358. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2880991.pdf>>. Acesso em 08 de dez. de 2023.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na idade média*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MACHADO, Alleid Ribeiro. D. Dinis, entre amor e rei. *Revista Latitudes*, Paris, v. 35, p. 112-115, 2007.

MACHADO, Alleid Ribeiro. Constança Manuel: para além da história de amor entre Inês e Pedro. *Revista Nau Literária: crítica e teoria de literaturas*. PPG-LET-UFRGS, Porto Alegre, v. 07, n. 02, jul/dez 2011, p. 1-10. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/20514/14067>>. Acesso em 08 de dez. de 2023.

MACHADO, Alleid Ribeiro. Mulheres da expansão portuguesa: histórias de (in)submissão. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3): 530, set.-dez., 2017. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38588> >. Acesso em 08 de dez. de 2023.

MACHADO, Alleid Ribeiro. *O plantador de naus a haver sob a óptica da intertextualidade*. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP, 2006. Disponível em: < [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-03092007-123546/publico/TESE\\_ALLEID\\_RIBEIRO\\_MACHADO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-03092007-123546/publico/TESE_ALLEID_RIBEIRO_MACHADO.pdf) >. Acesso em 08 de dez. de 2023.

NERY, Júlia. *Crônica de Brites*. Lisboa: Sextante Editora, 2008.

NERY, Júlia. *Da Índia, com amor*. Lisboa: Sextante Editora, 2012.

NERY, Júlia. *Infantas de Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

NERY, Júlia. *O segredo perdido*. Lisboa, Terramoto de 1755. Lisboa: Bertrand Editora, 2005.

NERY, Júlia. *O plantador de naus a haver*. Porto: Asa, 1994.

NERY, Júlia. *Pouca terra...pouca terra...* Lisboa: Rolim, 1984.

PORTAL DA LITERATURA. Disponível em < <https://www.portaldaliteratura.com/livros.php?livro=808> >. Acesso em 08 de dez. de 2023.

PRETTO, Zuleica; MAHEIRIE, Kátia; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Um olhar sobre o amor no ocidente. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 2, p. 395-403, abr./jun. 2009. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/pe/a/BrwsMQ66MGnKHskw6qcQ3Bf/?format=pdf> >. Acesso em 08 de dez. de 2023.

ROUGEMONT, Denis. *História do amor no ocidente*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

WIKIPEDIA. Disponível em < [https://en.wikipedia.org/wiki/Constance\\_of\\_Portugal](https://en.wikipedia.org/wiki/Constance_of_Portugal) >. Acesso em 08 de dez. de 2023.